



Revista Subjetividades
ISSN: 2359-0777
revistasubjetividades@gmail.com
Universidade de Fortaleza
Brasil

Análise Fenômeno-estrutural da Temporalidade no Primeiro ano de Vida

Ceron-Litvoc, Daniela; Peres Messas, Guilherme
Análise Fenômeno-estrutural da Temporalidade no Primeiro ano de Vida
Revista Subjetividades, vol. 19, núm. 1, 2019
Universidade de Fortaleza, Brasil
Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=527561675001>
DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i1.e6970>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Análise Fenômeno-estrutural da Temporalidade no Primeiro ano de Vida

Phenomenological-structural Analysis of Temporality in the First year of Life

Analisis Fenómeno-estructural de la Temporalidad en el Primer año de Vida

Analyse Phénoménologique et structurelle de la Temporalité dans la Première année de Vie

Daniela Ceron-Litvoc

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i1.e6970>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=527561675001>

Guilherme Peres Messas

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Brasil

Recepção: 11 Setembro 2017

Aprovação: 17 Abril 2019

RESUMO:

Este artigo apresenta uma proposta fenomenológica estrutural de psicologia do desenvolvimento dos primeiros 12 meses de vida. A literatura clássica fenomenológica fomenta, neste artigo, um aprofundamento da compreensão antropológica piagetiana do desenvolvimento. As descrições minuciosas de Jean Piaget do desenvolvimento de seus três filhos foram utilizadas como paradigma para a apresentação de uma proposta de como a temporalidade se apresenta nos 12 primeiros meses de vida. Ao constatarmos uma temporalidade em expansão, porém imatura, aprofundamos a compreensão do papel vital do contato interpessoal no primeiro ano de vida como fator constituinte de uma estrutura psíquica saudável.

PALAVRAS-CHAVE: fenomenologia estrutural, Piaget, desenvolvimento, temporalidade, contato interpessoal.

ABSTRACT:

This article presents a structural phenomenological proposal of developmental psychology of the first 12 months of life. In this article, the classical phenomenological literature fosters a deepening of Piagetian anthropological understanding of development. Jean Piaget's detailed descriptions of the development of his three children acted as a paradigm for the presentation of a proposal of how temporality presents itself in the first 12 months of life. When we see an expanding but immature temporality, we deepen our understanding of the vital role of interpersonal contact in the first year of life as an essential factor of a healthy psychic structure.

KEYWORDS: structural phenomenology, Piaget, development, temporality, interpersonal contact.

RESUMEN:

Este trabajo presenta una propuesta fenomenológica estructural de psicología del desarrollo de los primeros 12 meses de vida. La literatura clásica fenomenológica fomenta, en este trabajo, una profundización de la comprensión antropológica piagetiana del desarrollo. Las descripciones minuciosas de Jean Piaget del desarrollo de sus tres hijos fueron utilizadas como paradigma para la presentación de una propuesta de como la temporalidad se presenta en los 12 primeros años de vida. Al constatar una temporalidad en expansión, aunque inmadura, profundizamos la comprensión del papel vital del contacto interpersonal en el primer año de vida como factor constituyente de una estructura psíquica saludable.

PALABRAS CLAVE: fenomenología estructural, Piaget, desarrollo, temporalidad, contacto interpersonal.

RÉSUMÉ:

Cet article présente une proposition phénoménologique structurelle de la psychologie du développement des 12 premiers mois de la vie. La littérature phénoménologique classique promeut, dans cet article, un approfondissement de la compréhension anthropologique piagétienne du développement. Les descriptions détaillées de Jean Piaget sur le développement de ses trois enfants ont servi de paradigme à une proposition sur comment la temporalité se présente au cours des 12 premiers mois de la vie. Lorsque nous voyons une temporalité en expansion mais immature, nous approfondissons notre compréhension du rôle vital du contact interpersonnel au cours de la première année de la vie en tant que facteur constitutif d'une structure psychique saine.

MOTS CLÉS: phénoménologie structurale, Piaget, développement, temporalité, contact interpersonnel.



A Fenomenologia, aplicada no campo da compreensão psicológica, procura acessar a subjetividade humana conduzindo o olhar do observador para as estruturas fundamentais dos fenômenos psíquicos, indo além da simples observação dos comportamentos objetivos (Messas, 2012; Moreira & Bloc, 2015; Spiegelberg, 1986). A descrição dos fenômenos psíquicos procura identificar e descrever cada “essência experimentada” subjetivamente (Berrios, 1989, p. 427). Dessa forma, a Fenomenologia apresenta como método principal a suspensão, pelo observador, do conhecimento científico ou teórico preconcebido no momento do contato com o paciente, de forma que se possa analisar e compreender a sinergia do encontro dual entre observado e observador (Berrios, 1989; Fuchs, 2002; Messas, 2010), da maneira mais pura possível. Os autores que delinearam esse pensamento constituinte da fenomenologia psicopatológica são Eugéne Minkowski, Ludwig Binswanger, Karl Jaspers, Erwin Straus e Viktor von Gebsattel (Rezende, 2010).

Neste artigo, proporemos um esboço de um tema ainda inexplorado pela fenomenologia: uma psicologia fenomenológica do desenvolvimento infantil. Tendo como base uma análise teórica, partiremos das concepções de uma das vertentes da psicopatologia fenomenológica, a Fenomenologia Estrutural. Essa vertente, proposta inicialmente por Minkowski (Allen, 2000; Barthélémy, 2012), procura ter acesso à estrutura psíquica subjacente aos fenômenos patológicos, aquela que dá forma ao mundo psíquico patológico, a partir do contato empático com o paciente. A estrutura é compreendida como o arcabouço organizador das condições de possibilidades essenciais para a manifestação da existência (Barthélémy, 2012). Segundo essa concepção, cada fenômeno patológico é oriundo de uma estrutura que o gera, o molda e o possibilita (Messas, 2012; Minkowski, 1973). Cada fenômeno emergente remete-se ao todo estrutural e só adquire significado ao ser compreendido a partir desse modelo, ou seja, como expressão de um todo estruturado em que cada parte remete à outra em uma organização de equilíbrio de forças. A representação estrutural delinea as grandes linhas organizadoras e comprehensivas da especificidade experiencial, configurando sua unidade e coerência internas, constituindo o arcabouço apriorístico da experiência consciente (Barthélémy, 2012).

Consideramos que, apesar de o conceito de estrutura ter sido, tradicionalmente, aplicado na análise dos processos psicopatológicos, ele também pode ser aplicado na análise do desenvolvimento infantil, pois está presente universalmente na vida humana como o feixe de organização apriorístico de todo e qualquer fenômeno no plano da consciência (Tamelini & Messas, 2016). A psicopatologia fenomenológica estrutural não investiga a estrutura psicológica apenas em sua dimensão estática; indo além disso, se interessa também por sua mobilidade e dinamismo (Messas, 2010; Minkowski, 1973; Tellenbach, 1969). Seu olhar tanto para a conformação estática da estrutura quanto para sua mobilidade permite a análise do desenvolvimento infantil, pois é capaz de levar em consideração as modificações da estrutura da consciência humana. Assim, a análise da estrutura psíquica para além da patologia proporciona a ampliação do olhar fenomenológico para a psicologia do desenvolvimento. Ao considerar-se a estrutura psíquica (a partir de agora, nomeada apenas estrutura) como a fornecedora das condições de possibilidades das vivências conscientes, podemos identificar como cada etapa do desenvolvimento se configura estruturalmente e, com isso, investigar as diferenças estruturais entre as etapas cronológicas da existência humana.

Nesse sentido, este artigo procura delinear uma colaboração inicial ao tema das condições de possibilidade da fenomenologia do desenvolvimento infantil, com base na noção de temporalidade vivida no primeiro ano de vida. Para desenvolver essa proposta efetuamos, a partir dos conceitos da psicopatologia fenomenológica estrutural, uma proposta teórica do desenvolvimento da temporalidade do nascimento até o 12º mês de vida. Utilizamos como paradigma de referência do desenvolvimento as minuciosas descrições de Jean Piaget dos 12 primeiros meses de vida, especialmente nas obras *O Nascimento da Inteligência* (Piaget, 2008) e *A Construção do Real na Criança* (Piaget, 2006). A escolha destes trabalhos de Piaget se deve ao fato de que consideramos serem obras que trazem contribuições descritivas significativas para que se execute a passagem metodológica, própria da fenomenologia, das descrições vivenciais à elucidação das suas condições de possibilidade.



Essa aproximação encontra fundamentação na forma como o próprio Piaget concebia sua obra. Apesar de ter como principal elemento de sua análise o desenvolvimento cognitivo, o autor considerava a cognição como parte de um sistema muito mais amplo. Piaget (2008) denominou essa propriedade como Fenômeno de totalidade funcional: cada operação intelectual é sempre relativa a todas as outras e seus elementos próprios são regidos pelas mesmas leis. Todo e qualquer ato de inteligência supõe um sistema de implicações mútuas e de significações solidárias. As categorias de que a inteligência faz uso para adaptar-se ao mundo exterior – o espaço, o tempo, a causalidade e a substância, os números etc. – estão implicadas umas nas outras a tal ponto que é impossível isolá-las logicamente (Piaget, 2008). Ou seja, apesar de ter delimitado o seu campo de pesquisa para o campo do pensamento, para a cognição, considerava a esfera cognitiva parte de um todo maior. Ao analisar uma esfera, encontra as características gerais da totalidade que a determina.

Para melhor esclarecimento das vivências infantis, em diversas passagens deste artigo, cunharemos uma fenomenologia diferencial da temporalidade do mundo infantil em relação à adulta. Por fim, apresentaremos algumas considerações gerais a respeito das consequências da investigação da temporalidade para a compreensão da vulnerabilidade infantil, apresentando uma compreensão fenomenológica das estratégias que podem ajudar a reduzi-las.

TEMPORALIDADE

Minkowski (1973), influenciado pela obra filosófica de Bergson (2004), escreve *O tempo vivido*, obra clássica em que comprehende a experiência temporal para além de um tempo mensurável ou cronológico, mas como uma inscrição fundamental em que se sedimentam as experiências biográficas (Barthélémy, 2012). Inaugura a compreensão de uma biografia construída a partir de uma base temporal em que cada instante da existência constitui-se como uma totalidade, impossível de ser desmembrada, em que o passado se atualiza no momento presente, assim como o futuro abre-se em perspectivas para o ato em execução.

A essência da consciência é a vivência proporcionada pela estrutura temporal, o movimento de sucessão e interpenetração contínuas entre os tempos (Rossetti, 2001). Dessa forma, a temporalidade está presente em cada evento na consciência, mesmo que como uma teia transparente, incapaz de ser vivenciada em sua característica fundamental por si mesma, mas determinando-a com a experiência de continuidade que é inerente à consciência (Vogeley & Kupke, 2006).

Nesse sentido, a consciência identifica-se a si mesma na sua continuidade pelo fato de reter certo sentido formal que se mantém idêntico a si mesmo ao longo da sucessão temporal; atualiza-se como tal, em primeiro lugar, no momento exato em que resiste ao desmoronamento do tempo. Essa é a condição de possibilidade mesma da biografia, seu ponto de partida (Messas, 2014a). A experiência presente, sob a perspectiva da temporalidade hígida, não se restringe ao instante, pois cada momento no devir humano representa um momento alargado que traz em si a dimensão do passado e do futuro (Messas, 2014b). A temporalidade permite o movimento transversal, aquele voltado para o rompimento da experiência do momento com tentáculos sustentados tanto no passado como no futuro. É baseada na tríade: presente como atualidade contínua; passado como retenção¹ e sedimentação; e futuro como protensão e indeterminação, voltado para o novo. A presença da temporalidade como fundamento da existência lança, por sua vez, a consciência em uma dialética de permanência e transformação. A cada segundo do presente evanescente ocorre um movimento de transcendência, rompimento das margens do momento atual, atualização do passado e prospecção para o futuro a partir do momento experimentado (Straus, Aug & Ables, 1971). A cada reflexão, experimentamos a estrutura íntima da temporalidade: “eu estou ciente do meu estado presente, reflito sobre mim mesmo como aquele que realizou tais atitudes no passado e que foram necessárias para me constituir como quem eu sou nesse momento presente.” (Marsh, 1976, p. 36). É a capacidade de síntese contínua da experiência temporal tripartite que permite ao humano a experiência de sedimentação ao longo da sua existência e a construção de uma história biográfica individual estável ao longo do tempo vivido.

Porém, como analisaremos a seguir, a temporalidade da criança tem uma configuração diversa da do adulto, de forma que todas as descrições e análises acima, provenientes de uma experiência consciente de um adulto saudável, se aplicarão de forma apenas parcial na criança, devido a uma estrutura que se encontra em desenvolvimento, ou seja, ainda sem as possibilidades que apresentará quando em seu estado de maturidade (idade adulta). Esboçaremos, neste artigo, uma proposta a respeito da constituição da temporalidade desde o nascimento até o fim do primeiro ano de vida.

O TEMPO PARA O ADULTO, O TEMPO PARA A CRIANÇA

A vivência temporal da criança e do adulto diferem qualitativamente, como consequência das diferenças estruturais de cada faixa etária. A experiência de continuidade e estabilidade ao longo do tempo não está presente para a criança com a mesma potência que está para o adulto. Quanto mais imatura a criança, mais primitivas e rudimentares são as vivências temporais. Ou seja, para a criança, a temporalidade em desenvolvimento promove uma experiência em que a constante intersecção entre os tempos passado, presente e futuro encontra-se em construção. Inicia-se em uma situação de ausência de intersecção entre os tempos, com predomínio absoluto do presente (logo ao nascimento), progredindo para a possibilidade crescente de intersecção dos três tempos. A experiência vivida ao longo da infância, devido à imaturidade estrutural, tem um contorno de maior relevância do tempo presente, com menor interlocução entre os tempos (Zukauskas, 2009).

0 ao 1º mês

Os reflexos são funções inatas, hereditariamente determinadas, as primeiras formas organizadas com que as crianças contam para reagir aos estímulos do ambiente. Na organização íntima do ato reflexo, cada estímulo desencadeia uma reação, movimento preso ao imediatismo do presente (estímulo), sem síntese, determinando uma infinita repetição de “agoras”. Ou seja, no ato reflexo, todos os elementos estão fundidos em um objeto único para a consciência da criança (Ceron-Litvoc & Messas, 2016).

O ato reflexo é o paradigma de um tempo vivido presentificado. Na ação reflexa, tanto o estímulo quanto a reação aos estímulos serão fundidos e reconhecidos como um elemento único na consciência da criança. A partir dessa fusão, a criança não reconhecerá cada evento dentro de uma ação em curso, mas reconhecerá todos os eventos de uma ação como um elemento único e coeso em sua consciência, sem continuidade e sem separação entre os elementos. Podemos observar esse fenômeno na descrição de Piaget: “Quando o bebê distingue o mamilo, em relação ao resto do seio, aos dedos ou a quaisquer objetos, ele não distingue, portanto, um objeto ou um quadro sensorial; o bebê descobre simplesmente um complexo sensório-motor e postural específico (sucção e deglutição combinadas)” (Piaget, 2006, p. 12).

Além da fusão dos elementos, outra característica do ato reflexo é a fugacidade. Cada ação/reAÇÃO é substituída pela próxima, a cada novo evento desencadeador. Não há manutenção, na consciência da criança, de um tempo tripartite que flui, promovendo uma experiência de continuidade. A experiência de tempo vivido é presentificada, cada evento sendo vivido como uma totalidade única, desaparecendo da consciência sem vestígios, sem continuidade. Dessa forma, a criança, presa a uma vivência presentificada, não pode fazer escolhas a partir de perspectivas futuras e ações passadas, ambas atualizadas no presente (como o adulto faria). Não há direcionamento consciente na ação, há, apenas, melhores encaixes, sempre em um formato restrito a um momento imediato. Mesmo assim, a criança é capaz de apreender os eventos a ponto de progredir em sua adaptação ao ambiente ao longo do primeiro mês de vida. Se esse processo não é pelo fluxo temporal (como no adulto), qual é a via que permite a sedimentação da experiência?



O recurso que possibilita a sedimentação é a repetição corporal, ou seja, ao repetir um mesmo ato inúmeras vezes, apesar de não contar com a possibilidade estrutural de sedimentação histórica, a criança tem a possibilidade de retenção da experiência por habituação corporal a uma situação. Por isso, podemos dizer que quando um adulto faz uma escolha, ele opera com a sua capacidade de temporalizar um evento, escolhendo algo no presente de acordo com suas experiências prévias (interlocução do passado-presente) e voltado para perspectivas futuras (interlocução presente-futuro) (Tellenbach, 2014). Quando a criança “escolhe” que material sugar, ela, em um modelo de tentativa e erro presentificado, procura o melhor “encaixe” para a sua necessidade no momento. Nas primeiras tentativas, esse “encaixe” ocorre por acumulação de experiência de eficácia (sugar o mamilo para saciar a fome) ou de não eficácia (sugar outro tegumento para saciar a fome). A repetição promoverá a habituação corporal para distinguir qual evento é eficaz, sendo o principal mecanismo de lastro das experiências para a criança. O corpo, por repetição, funde o estímulo, a reação e a situação em um mesmo evento, em um único momento temporal, aumentando a maestria e desenvoltura em que se coloca na mesma situação a cada repetição. A criança “registra, simplesmente, a sequência dessas tentativas, ou experiências, como puros atos que se condicionam mutuamente.” (Piaget, 2008, p. 49). A repetição extenuante dos atos reflexos é o mecanismo que permite a incorporação e fusão de um número maior de elementos e dados para os grupos de ações (Piaget, 2008). Sendo assim, a criança é capaz de ampliar a quantidade de elementos fundidos em um mesmo “quadro de ação”, mas nenhum desses elementos é passível de ser percebido pela consciência de forma isolada, estando todos fundidos em um objeto único experimentado no presente.

Em outras palavras, quando um adulto realiza uma ação, trata-se de um processo sedimentado sobre uma perspectiva histórica (temporal). O adulto consegue montar, a partir de sua temporalidade, uma linha de sucessão de eventos com progressão de complexidade e adaptação. Mas, para o bebê dessa fase, o mesmo processo é a-histórico. Ou seja, não há possibilidade de registro em sua consciência da movimentação ou progressão em uma linha temporal. A criança, com sua consciência presentificada, escolhe o mamilo e não outro tegumento para sugar, não porque dali proverá leite (visão de futuro), mas porque o mamilo, o leite e a deglutição estão rigidamente fixados em um estímulo único no presente, um “quadro de ação”.

O bebê não recusa o dedo que suga quando está com fome porque tem consciência de que dele não virá leite. Essa consciência é do observador, pois o adulto tem em si a possibilidade de prever um futuro (o leite que virá) a partir do ato. O recém-nascido apenas escolhe ou recusa quadros de ação, ou seja, grupos de elementos fundidos que se encaixam com mais afinidade (ou maestria) à sua experiência corporal experimentada no momento presente da ação. Privado de um horizonte temporal que alargaria a intencionalidade e permitiria a escolha, o bebê nessa fase do desenvolvimento é submetido a uma intencionalidade puramente corporal.

Descrevemos, portanto, um processo de movimentação do devir humano deveras diferente do processo de aquisição biográfica no adulto. Para o adulto saudável os movimentos de expansão do devir são sedimentados em sua história biográfica consciente a partir de uma linha temporal. A experiência temporal em que os três tempos encontram-se em íntima relação proporciona um fluxo contínuo da experiência atualizada no presente. Se o lactente não apresenta uma estrutura temporal que seja capaz de atualizá-lo e localizá-lo em sua história biográfica, ele não será capaz de registrar em sua consciência o aprendizado das experiências temporalmente. Porém, assim como o adulto, a criança é capaz de realizar a sedimentação do aprendizado, fazendo-a, no entanto, pela via da corporeidade. A diferença nesse momento do desenvolvimento é que, sem a sedimentação temporal, sendo a corporeidade a via existencial principal de registro, a experiência somente é capaz de ser registrada pela repetição. A cada repetição, o corpo coloca-se com maior desenvoltura, de forma que o reconhecimento ocorre pela habituação corporal.

1º ao 3º mês

Nessa fase, gradativamente, os quadros de ações incorporam mais elementos, aumentando sua complexidade. O mecanismo do reflexo, geneticamente determinado e comum a todos os humanos, começa a se diferenciar, com aquisição de características individuais. Ao incorporar mais elementos, a criança passa a ser capaz de ultrapassar a mera repetição determinada pela automatização hereditária do ato reflexo. A partir dessa etapa, progressivamente a criança poderá expandir o que assimila em cada evento. Veremos, no exemplo a seguir, que a criança, pela repetição do ato de mamar, modificou progressivamente o processo, assumindo novas coordenações:

Durante o segundo mês, a coordenação entre posição e a busca do seio fez numerosos progressos. Assim é que, desde o fim do mês, Laurent já só procura mamar nos braços da mãe e não mais na mesa de toalete. [...] Assim foi que notamos em Jacqueline, a partir de 1 mês e 14 dias, e em Lucienne, desde 1 mês e 27 dias, a aptidão de voltar a cabeça para o lado bom quando se lhes mudava de seio: quando a rotação dada ao corpo das crianças devia dirigir-lhes a cabeça para fora, elas próprias a voltavam na direção do seio. (Piaget, 2008, pp. 65-66)

Mesmo com a expansão dos atos, mantém-se a configuração presentificada, ou seja, os quadros de ações não são passíveis de serem fragmentados em vários elementos distintos, são coesos em um tempo presente, alijados, pela imaturidade, dos componentes futuro ou passado. Logo, não contêm elementos de direcionamento consciente da ação para um desfecho esperado, como sugar para saciar a fome. O aumento de complexidade ocorreu pela repetição e adaptação do corpo à situação (lastro corporal).

No entanto, observa-se a primeira expansão temporal ao longo dos primeiros 3 meses: o alargamento do presente. Observamos esse fenômeno quando a criança torna-se capaz de reconhecer grupos de ações distintos (sugar o dedo, sugar o mamilo) e escolher o que melhor se adaptaria a sua situação. Esta novidade só se torna possível quando sedimentada sob uma temporalidade que trabalha com um presente que se expandiu para além do momento fugaz. Os quadros, como experiência corporal, pairam na consciência tempo suficiente para serem escolhidos ou rejeitados: “o bebê é capaz de encontrar o mamilo e diferenciá-lo dos tegumentos circundantes, [...] o esquema de chupar para mamar começa a se dissociar dos de chupar em seco ou chupar um corpo qualquer.” (Piaget, 1979, p. 12). A escolha não ocorre pela capacidade de prever o desfecho ainda, fato que só seria possível em uma temporalidade que operasse com a abertura para o futuro. A escolha ocorre, nessa fase, pelo melhor encaixe, o corpo determinando qual quadro desempenhará no momento presente. Um momento presente que dura para além do instante, permitindo uma situação de escolha corporal, mesmo que fugaz (no sentido de ainda operar apenas com elementos no presente).

Importante notar que, em uma temporalidade restrita à primazia do presente, não há possibilidade de perspectiva, e assim tampouco existe a possibilidade de distensão das forças atuantes pela relativização temporal. Se um adulto é assolado pela sensação desagradável de fome, será fonte de consolo consciente, permitida por uma estrutura temporal hígida, pensar que em algum tempo ele se servirá de uma farta refeição. O mesmo não ocorre com a criança nesse momento do desenvolvimento. Se é assolada pelo estímulo fome, este assume características absolutas, sem possibilidade de attenuação, pela impossibilidade de flexibilização temporal. O agora é o determinante único de cada experiência e não há o que fazer a não ser submeter-se a isso. Compreende-se, assim, a forma de reagir do bebê. Choros incoercíveis são deflagrados de um momento para o outro, com dificuldade de apaziguamento e pouca possibilidade de compreensão por parte do adulto. Com o tempo, os pais aprenderão a identificar cada reação e sugerir os caminhos mais prováveis de resultados positivos ou apaziguamento, mas a sensação de imponderabilidade é uma regra que paira na atmosfera em que se encontra uma criança nos primeiros meses de vida. Os pais também aprenderão, com o seu psiquismo maduro que é capaz de realizar previsões, a antecipar as necessidades de seus filhos. Dessa forma, rotinas organizadas nas quais estímulos negativos podem ser previstos (fome, sono, frio, cansaço) serão reconhecidas como estratégias eficazes para um alívio parcial da atmosfera de imponderabilidade que predomina em uma



experiência presentificada. A rigor, as próprias denominações das sensações da criança, como fome, frio etc., são criações externas à experiência apriorística da criança, impostas pela linguagem do adulto que não experimenta as mesmas conformações estruturais.

A hegemonia do presente durará ainda alguns meses, o que provoca no adulto em contato com a criança a sensação de uma rotina de repetições. Se pedirmos aos cuidadores que descrevam os dias de cuidados com seus bebês, as principais notas serão expressões que denotam esse choque entre uma estrutura madura e a imatura. Os cuidadores de crianças pequenas tendem a descrever seus dias como se fossem determinados por um padrão, com repetições de rituais em ciclos curtos (acordar, dormir, brincar e se alimentar repetem-se em ciclos de poucas horas ao longo do dia), com pouca perseverança em uma mesma atividade. A manutenção desses rituais em uma rotina fixa é capaz de atuar como um instrumento de controle de reações negativas nos bebês por promover uma vivência temporal de continuidade que funciona como ancoragem para uma estrutura psíquica que ainda vivencia a temporalidade de forma restrita ao presente.

3º ao 7º/8º mês

A partir das descrições de Jean Piaget, observamos que esta etapa é marcada por um novo fenômeno: o interesse pela novidade. A expansão da temporalidade permite essa novidade entre as condições de possibilidade, ou seja, a vivência temporal adquiriu a possibilidade de síntese do presente com o passado imediato a ponto de reconhecer o que é ou não novidade. A criança, então, passa a reconhecer aquilo que nunca vivenciou, ainda que pela via da corporeidade, ou seja, pela presença ou ausência de familiaridade corporal. Ao reconhecer o novo, consegue mantê-lo no presente, atualizando ao passado imediato. Mas essa atualização ocorre pelo mecanismo de repetição corporal da ação, ou seja, mantém o padrão de sedimentação da ação corporal como principal via de familiaridade e ancoragem no mundo experimentado.

Observamos então que nas fases anteriores “a criança agarra por agarrar, para chupar ou para olhar, mas ainda não para balançar, esfregar ou reproduzir os sons ouvidos” (Piaget, 2008, p. 154). Paulatinamente, a criança assimila que, ao sacudir o corpo fletindo e distendendo as pernas, ela também sacode os objetos de interesse no seu campo visual (bonecas penduradas no teto do berço, por exemplo). Gradativamente, o bebê cria um novo esquema para além do movimento em si: associa o estímulo visual (bonecas no teto), ao movimento do corpo (flexão e distensão) e ao resultado (movimentação das bonecas) (Piaget, 2008). Para que isso ocorra, a criança tornou-se capaz de realizar a síntese do seu passado imediato com o presente, mesmo que o lastro da experiência ainda esteja submetido à vivência corporal (a síntese ocorre pela repetição do ato).

Porém, precisamos pontuar que o passado não pode ser revisitado de acordo com o desejo da criança, ou seja, apesar da ampliação temporal que descrevemos acima, a criança ainda está submetida a uma realidade predominantemente determinada pelo presente. A abertura para eventos do passado é embrionária, apenas a um evento imediatamente anterior. Presa à hegemonia do presente, ela ainda está restrita às aferências do meio, ou seja, a novidade é encontrada ao acaso, a criança não tem a possibilidade de criar a novidade, apenas repetir aquela que ocorreu pelo acaso. A importância do ato de repetição para o bebê dessa idade é a representação fenomênica de que, restrita ao tempo presente, a forma que cabe à criança de vivenciar continuações é pela atualização da experiência no presente, a partir do ato de repetição. Repetir é alongar a temporalidade, promover alguma constância que não pode ser diretamente vivenciada por uma temporalidade restrita à experiência imediata.

8º – 12º mês

A partir de agora, a expansão da temporalidade promoverá a possibilidade de que a expectativa de desfecho (futuro) seja mantida na consciência ao longo do desenrolar de uma ação. Não só mantida, mas considerada

como evento prioritário em uma ação. Inicia-se a possibilidade de inversão temporal (Piaget, 2008): o evento futuro (desfecho) suplanta em importância os eventos presentes, criando, assim, objetos intermediários que devem ser transpostos para alcançar algo almejado como finalidade em sua consciência. A criança passa a fragmentar seus gestos, colocando pesos hierárquicos diferentes entre as partes e definindo o desfecho como a meta da ação (fluxo temporal voltado para o futuro). Dessa forma, a criança se torna menos vulnerável ao ambiente, ou seja, mesmo que ocorram estímulos externos distratores, ela adquiriu autonomia para manter sua consciência focada em uma expectativa de desfecho, ou seja, adquiriu autonomia da vivência interna em relação às externas. Como observou Piaget “a previsão se torna independente da ação” (Piaget, 2008, p. 235).

A temporalidade, nesse ponto do desenvolvimento, promove as condições de possibilidade para que a consciência da criança possa experimentar os elementos de passado e futuro (desfecho) articulados com a experiência imediata (presente), em uma atualização contínua. Pela primeira vez, ela antecipará, ou fixará, um desfecho para uma situação e modulará seu comportamento em busca desse evento, procurando “manter presente no espírito a finalidade ou meta a atingir, e tentar diversos meios conhecidos para superar essa dificuldade” (Piaget, 2008, p. 205). Dessa forma, observamos que a criança já não procura apenas repetir (ou fazer durar o efeito) que descobriu ou observou por acaso; “ela persegue um fim não imediatamente acessível e tenta alcançá-lo” (Piaget, 2008, p. 204).

Piaget (2008, p. 223) descreve sua filha nessa idade: Jacqueline pega uma boneca que está ao seu alcance para bater e agitar um papagaio que está preso ao teto do seu berço. Nas fases anteriores, ela tenderia a se desinteressar pelo papagaio tão logo fosse submetida ao objeto novo do ambiente (boneca), mostrando como a consciência não tinha fluxo próprio, mas era determinada por uma temporalidade restrita ao tempo presente. Porém, na fase atual, ela mantém o interesse no papagaio, a despeito do estímulo imediato criado pelo objeto-boneca, ou seja, a expectativa de desfecho tem um peso maior que os estímulos distratores presentificados, fenômeno que exemplifica uma temporalidade tripartite voltada para o futuro. Ela usa a boneca como instrumento para obter algo que fixou em sua consciência como desfecho esperado para a sua ação, realizando uma hierarquia de prioridades voltada para o futuro. Essa ação só se tornou possível pela existência de uma temporalidade que permitiu manter o evento em suspensão em uma linha temporal interna, retendo a consciência com autonomia dos fatos do presente.

A modificação na estrutura temporal também pode ser observada em outro fenômeno descrito por Piaget: pela primeira vez, a criança terá capacidade para assimilar dois eventos, não de forma instantânea, mas em uma ordenação de dois momentos distintos. “A assimilação entre os esquemas deixa de fazer-se, consequentemente, por simples fusão, para dar lugar a várias operações de inclusão ou de implicação hierárquica, de interferência e mesmo de negação, isto é, a múltiplas dissociações e reagrupamentos” (Piaget, 2008, p. 220). Os elementos dos esquemas passam a se associar em várias modalidades (e não por fusão apenas), tornando as ações progressivamente mais complexas. Além de mais complexas, as concepções em uma ação adquirem a possibilidade de generalização, ou seja, a concepção de um ato ultrapassa a situação e pode ser generalizada para diferentes contextos.

Outro fenômeno que remete à expansão da temporalidade é quando observamos que a criança também passa a mostrar que se tornou capaz de perceber o desdobramento de uma ação sem necessariamente vivenciá-la concretamente, desvinculando-se da vivência corporal presentificada. Por exemplo, Jacqueline com 1 ano, 1 mês e 10 dias tem um ferimento desinfetado com álcool. Dois dias depois, chora ao ver novamente o vidro de álcool (Piaget, 2008, p. 237). Ela consegue recordar-se de uma ação, experimentá-la no presente e prever o desfecho (dor). Até as etapas anteriores, ela não teria essa possibilidade, exceto se o vidro de álcool estivesse vinculado a alguma ação no presente. Agora, independentemente do contexto em que se encontra, é capaz de vivenciar a possibilidade de dor com o álcool apenas ao ver o objeto, sem experimentá-lo concretamente, de modo desvinculado a outras atividades que estejam se desenrolando no momento.

Apesar de, pela primeira vez, a temporalidade ter produzido fenômenos que nos permitem percebê-la em sua constituição tripartite, devemos observar que ainda é um esboço de sua capacidade de desempenho



em sua plenitude, como encontraremos no adulto. Entendemos melhor a imaturidade temporal dessa etapa do desenvolvimento quando analisamos a capacidade de autonomia da consciência em relação aos fatos que ocorrem no presente. A criança ainda só consegue fixar antecipadamente na consciência o fim de uma ação caso ela ocorra no presente, ou seja, necessita de estímulos concretos vivenciados no presente (objeto, etc.) para desencadear o pensamento sequencial. A criança ainda é dependente dos eventos que ocorrem no momento, de forma que o fim é antecipado dentro de um contexto, “ainda sobre a pressão dos fatos percebidos” (Piaget, 2008, p. 204). A temporalidade carece da “experiência de um tempo abstrato que ocorre independentemente dos fatos que acontecem ao seu redor [...]” (Minkowski, 1973, p. 18).

Por exemplo, Jacqueline não é capaz de se recordar da dor de desinfetar um ferimento sem experimentar no presente o estímulo (ver o vidro de álcool). Ou, outro exemplo, a criança só consegue procurar um objeto escondido caso ela tenha acompanhado o seu deslocamento. Quando a criança vê um objeto ser escondido, ela é capaz de procurá-lo. Mas, caso ela não tenha visto o deslocamento, ela não será capaz de procurá-lo, mesmo se tiver elementos que mostrem onde o objeto está. Piaget descreve que a sua filha de 10 meses é capaz de achá-lo sob o lençol caso tenha visto o pai ser coberto. Mas a descoberta não se repete se ela não tiver visto o deslocamento (pai sendo coberto) mesmo que ele fale por debaixo do lençol. A procura ativa do objeto acontece de fato somente quando a criança acompanha o movimento de deslocamento. Ou seja, o som da voz do pai não é suficiente para que ela comprehenda que ele está escondido atrás do lençol, mas, após ver o movimento de deslocamento (ao retirar o lençol, acha o pai), ela comprehende a permanência do pai abaixo do objeto. “Tudo acontece como se a criança não tivesse ainda suficiente fé na permanência para dedicar-se a uma procura do objeto, quando essa procura não tiver sido iniciada na presença deste” (Piaget, 2006, p. 65).

A manutenção da permanência do objeto na consciência da criança é um fenômeno que se atrela à vivência temporal. No atual estado de desenvolvimento, apesar de já haver a possibilidade de manutenção do objeto na consciência com alguma autonomia a ponto de fixar a relevância na expectativa de desfecho, essa manutenção não acontece se não for desencadeada concretamente pelo objeto no momento presente. A autonomia restringe-se à continuidade da ação que já se iniciou.

Dessa forma, podemos compreender a conformação temporal nesse ponto do desenvolvimento como um momento de transição, em que o tempo conhece uma ampliação significativa, deixa de ser algo único e fixado no presente, iniciando seu desdobramento para o passado e futuro, a partir do presente. “Pela primeira vez a criança dá provas de se lembrar de acontecimentos enquanto tais e não de ações” (Piaget, 2006, p. 334), ou seja, ela é capaz de lembrar de acontecimentos que ocorreram, desde que tenham alguma relação com a ação em curso ou o contexto presente. Porém, essa transformação na estrutura temporal é incipiente e restrita a uma situação de contato direto com o presente. “O tempo ainda não é um meio comum que engloba o conjunto de fenômenos, incluindo a ação própria: é apenas um prolongamento, nos acontecimentos, da duração subjetiva inerente à atividade própria da criança” (Piaget, 2006, p. 348). A criança começa a poder reconstituir “breves sequências de acontecimentos independentes do eu, mas ainda não está apta a delinear uma história global dos fenômenos percebidos no mundo exterior nem, a fortiori, a possibilitar uma avaliação da duração de intervalos” (Piaget, 2006, p. 349).

VULNERABILIDADE PRÉ-REFLEXIVA COMO CONSEQUÊNCIA DE UMA TEMPORALIDADE IMATURA

Qual é o impacto dessa configuração estrutural para a criança? A temporalidade é, entre outras condições de possibilidade, uma das responsáveis pela sensação de unidade do eu, familiaridade, reconhecimento e estabilidade da existência. É a temporalidade que promove a continuidade da experiência de unidade do eu ao longo das modificações biográficas. Porém, a temporalidade nessa etapa da vida não é capaz de possibilitar as vivências de estabilidade, continuidade e homogeneidade. O tempo restrito ao presente submete a criança a uma realidade fragmentada, ligada às ações. O tempo fragmentado promove uma percepção de mundo em

perspectivas intensas e dicotômicas, como presença e ausência, existência ou aniquilação. O adulto, ao contar com uma instância temporal maior, abstrata, acima dos acontecimentos, que flui e consolida a experiência, experimenta o mundo em bases de constância e continuidade. A criança não tem ainda a mesma possibilidade. Sendo assim, o mundo da criança é uma experiência de constante incerteza, indeterminação. A experiência consciente está mais próxima ao caos do que de alguma organização. A temporalidade imatura determina um estado pré-reflexivo de vulnerabilidade.

A criança, sozinha, alicerçada em uma estrutura imatura, tem possibilidades restritas de adaptação, necessita dos cuidados de um adulto contínuo para seu desenvolvimento saudável. O adulto promove para a criança um alicerce estrutural externo que fornece a estabilidade temporal que a própria não possui. A vulnerabilidade pré-reflexiva determinada pela imaturidade estrutural é parcialmente reduzida pelo contato interpessoal. É a partir da concepção fenomenológica dessa etapa do desenvolvimento que compreendemos a relevância de um cuidador de qualidade para o adequado desenvolvimento, como relatado em inúmeros estudos observacionais, desde a década de 1950 como citaremos a seguir.

A INTERPESSOALIDADE COMO FATOR REDUTOR DA VULNERABILIDADE PRÉ-REFLEXIVA

Sendo a estrutura quem fornece as condições de possibilidade para a experiência de constância e continuidade, podemos esperar que a experiência de familiaridade com o mundo na criança não seja inata, mas, como vimos, construída ao longo do desenvolvimento. Logo, ao contrário do adulto que habita existencialmente sempre o mesmo mundo, a criança habita um mundo diferente a cada período de constituição estrutural. Por exemplo, a temporalidade restrita ao presente não permite a experiência de perspectiva ou a possibilidade de distensão das forças atuantes pela relativização temporal. O adulto, em uma temporalidade madura, é totalmente hábil para sedimentar a experiência presente também a partir da perspectiva futura e das experiências do passado, criando uma vivência de familiaridade com o que é experimentado a cada instante. Segundo Marsh, a experiência temporal no adulto permite que a cada momento podemos retomar o que sentimos sem necessariamente reviver os sentimentos: “Lembrar-se dos dias difíceis ou miseráveis pode promover uma sensação de prazer ao perceber o contraste com o conforto experimentado no presente” (Marsh, 1976, p. 37).

Esse movimento de constante instabilidade promove na criança, segundo a nossa compreensão, uma busca maior por outras instâncias de estabilidade existencial, sendo uma delas a busca pela familiaridade. Encontramos em Rochat (2015) uma observação que corrobora nossa análise. O autor postula que uma condição primordial nos primeiros meses de vida é a procura pelo conhecido, pela regularidade, ou seja, pela familiaridade. Segundo o autor, bebês tendem a escrutinar o ambiente a procura de padrões reconhecíveis, de regularidade, como contrapeso das mudanças.

Se compreendermos esse fenômeno a partir das possibilidades estruturais da criança, podemos compreender a procura por familiaridade como um primeiro mecanismo natural redutor da vulnerabilidade pré-reflexiva, ou seja, uma reação de compensação fenomenológica decorrente da necessidade de se encontrar ancoragem e constância em um mundo submetido a mudanças constantes e em um tempo fragmentado no instante presente. A criança parece procurar aquilo que permanece o mesmo frente a um estado de constante mudanças. A estrutura imatura do primeiro ano de vida submete a existência a uma vivência de estabilidade falha.

Nessa etapa da vida, um dos mecanismos de compensação fenomenológica é a procura por familiaridade através da interpessoalidade, nessa etapa constituída primordialmente pelo contato dual entre a criança e seu cuidador. É a interpessoalidade, por meio do contato com o adulto cuidador, a fonte externa que promove um acréscimo para a experiência de estabilidade vivencial da criança no primeiro ano de vida. A atmosfera de imponderabilidade que uma temporalidade presentificada determina é parcialmente amenizada quando o contato com o cuidador é capaz de promover a repetição e a organização. O cuidador, ao proporcionar uma



rotina de cuidados, promove uma temporalização externa. É o contato afetivo, amoroso, presente e constante que proporciona uma experiência de mundo reconfortante, positivamente familiar. A partir dessa análise que compreendemos os resultados observacionais sobre a relevância dos cuidados no primeiro ano de vida e o impacto duradouro biográfico que acompanharão o indivíduo por toda a sua história (Rees, 2005).

No período pós segunda guerra mundial, estudos de crianças institucionalizadas privadas de um cuidador afetuoso e constante revolucionaram a visão sobre a importância dos cuidados afetivos na primeira infância. Bowlby (1962), René Spitz (1951) e James Robertson (Schwartz, 2003) ilustraram e descreveram situações de privação materna (ou de um cuidador estável afetivamente), enfatizando a importância do cuidado parental nos primeiros anos de vida e seu papel fundamental para o desenvolvimento psíquico saudável. Bowlby, pioneiro nessa observação, propôs que laços emocionais precoces influenciam no desenvolvimento emocional e social, com impacto ao longo da vida (Feldman, 2007), teoria comprovada em estudos longitudinais posteriores (Waters, Hamilton & Weinfield, 2000; Waters, Merrick, Treboux, Crowell & Albersheim, 2000).

A constatação da relevância dos cuidadores afetivos e continentes na primeira infância são considerados um dos achados mais significantes da psiquiatria infantil no século XX (Jenkins, 2008). A partir desses estudos clássicos, a visão sobre a importância dos cuidados afetivos na primeira infância foi transformada, mudando padrões de comportamento em toda a sociedade ocidental, como, por exemplo, a permissão para que pais acompanhem as internações hospitalares de seus filhos (Schwartz, 2003). Também são frutos dessa percepção a maior preocupação com a saúde mental materna no puerpério depois da constatação de que crianças com mães ansiosas no primeiro mês de vida apresentam pior desenvolvimento socioemocional quando chegam aos 24 meses de vida (Kim et al., 2015), assim como maior prevalência de quadros ansiosos ao longo da vida (Meaney, 2010).

Outro exemplo que corrobora a importância da relação dual mãe/bebê é a regulação do eixo hipotálamo-adreno-corticoide no primeiro ano de vida e suas consequências. As experiências nos primeiros meses de vida parecem estar ligadas a alterações epigenéticas nesse eixo, de forma duradoura (Meaney, 2010). Ser exposto a situações adversas na primeira infância, como permanecer em um orfanato por um tempo prolongado (mais de 8 meses), com pouca proximidade afetiva e cuidados negligenciados, pode estar relacionado a uma ativação duradoura e crônica da produção de corticoide (Gunnar, Morison, Chisholm & Schuder, 2001). Essa ativação dos glicocorticoides desencadeada por eventos traumáticos na primeira infância se associaria à maior vulnerabilidade de apresentar fenômenos psicopatológicos ao longo da vida (Heim, Owens, Plotsky & Nemeroff, 1997), assim como alterações neurobiológicas duradouras na estrutura cerebral (Nemeroff, 2004).

Em resumo, a temporalidade madura da idade adulta permite a experiência vivida de estabilidade e familiaridade com o mundo. “O homem torna-se superior a cada horror da natureza tão logo ele é capaz de dar forma e transformá-los em objetos”, afirma Schiller (1962), citado por Fuchs (2005). No adulto, o tempo contínuo promove a experiência de homogeneidade ao longo da linha biográfica individual, apazigua as experiências negativas com perspectivas de reversibilidade ou finitude, amplifica as experiências positivas com a perspectiva de lastro que cada fato deixará na história individual de forma que “compreender o tempo é libertar-se do presente” (Ceron-Litvoc & Messas, 2016, p. 32). A criança, por sua imaturidade estrutural, sedimenta-se em uma experiência determinada pela primazia do presente, com menor possibilidade de apaziguamento da experiência por meio da capacidade de temporalizar. Sendo assim, a vivência no primeiro ano de vida é marcada pela intensidade, imponderabilidade e inconstância em cada experiência, com poucas ferramentas de proteção ou apaziguamento. A criança, fechada em seu tempo presente, é submetida a uma realidade das ações, a um mundo prático, sem leis estáveis, em que as experiências são vivenciadas de forma fragmentada em inúmeras diádes de estímulo-reação que se interpõem sucessivamente sem a possibilidade de lastro temporal. É um mundo de sobressaltos, intimidador. “Para as crianças e muito mais para os bebês, a vida é apenas uma série de experiências terrivelmente intensas” (Winnicott, 1985, p. 77).

A partir do contato dual, a vulnerabilidade pré-reflexiva determinada por uma temporalidade presentificada é atenuada. O encontro dual continente promove estabilização por meio da interpessoalidade, uma temporalidade acessória que permite a vivência de um mundo familiar, constante, regulado e acolhedor. A necessidade de uma estrutura acessória é tão relevante que quando esse cuidado é privado ou desvirtuado patologicamente as repercussões são relevantes e duradouras.

CONCLUSÕES

A constituição da temporalidade no adulto é harmônica entre os três tempos: passado, presente e futuro. Ao longo do primeiro ano de vida, a temporalidade vivida expande-se de uma situação inicial de restrição ao presente (imediatismo) até as primeiras experiências de fluxo temporal com coexistências dos três tempos, como descrevemos acima. Porém, ao fim do primeiro ano, o fluxo temporal ainda está submetido ao presente, estando o passado e o futuro em estágio embrionário. O futuro, assim como o passado, é um lampejo fraco que aparece como um apêndice vinculado ao presente. A finalidade, na consciência da criança, precisa ainda do apoio dos estímulos presentes, do contexto experimentado naquele momento. Não tem autonomia em um fluxo temporal desligado dos atos concretos experimentados no presente, como ocorre no adulto. A experiência temporal, ao fim do primeiro ano, ainda se encontra em um formato de hegemonia do presente.

Para o adulto, o futuro tem tanto peso quanto o passado ou o presente, compondo um fluxo temporal contínuo que abarca todas as vivências do humano. Esta constituição estrutural permite que o adulto tenha a possibilidade de jogar-se em um mundo de abstrações sobre o futuro, escolher entre as nuances que mais lhe são convenientes, determinar sua biografia. O modelo teórico discutido neste artigo propõe uma compreensão da experiência de realidade diferente para a criança. Na criança, como a consciência é determinada por uma temporalidade presentificada que, mesmo que ampliada por um lampejo de futuro e passado, depende dos elementos concretos vivenciados no presente para sustentar-se, as possibilidades de escolha em relação ao ambiente são limitadas. Isso promove uma experiência mais determinada pelo contexto presente do que ocorre com o adulto, com restrição da mobilidade e escolha.

Esta imaturidade da estrutura temporal, ao promover uma consciência determinada pelas experiências do presente vivido, gera um estado que denominamos de vulnerabilidade pré-reflexiva. A criança é mais permeável ao seu meio do que o adulto, dependendo ainda mais que o adulto de um ambiente saudável para o seu desenvolvimento, fato que correlacionamos com os estudos epidemiológicos da importância dos cuidados na primeira infância. Além de descrever esta vulnerabilidade pré-reflexiva, também pontuamos possibilidades de atenuação da mesma. O contato interpessoal pode atuar como uma ampliação da experiência temporal ao promover uma ancoragem externa de estabilidade, o que produziria uma diminuição parcial da vulnerabilidade. É a partir dessa análise que compreendemos os achados epidemiológicos que apontam a importância de cuidado continente na primeira infância para o desenvolvimento.

Os cuidados e um adulto continente permitem que a experiência da criança de inconstância determinada por um tempo presentificado seja atenuada por uma temporalização externa, oriunda de um psiquismo secundário, via a interpessoalidade realizada através da sincronização corporal. Assim, mais do que atestar relevância dos cuidados afetivos na primeira infância observados epidemiologicamente, a análise estrutural é capaz de fornecer um modelo de aproximação da experiência vivida no primeiro ano. Esta aproximação permite estabelecer parâmetros de quais fatores são essenciais no primeiro ano de vida e desenhar intervenções que estejam de acordo com as reais necessidades desse período do desenvolvimento.

REFERENCIAS

- Allen, D. F. (2000). Prefácio. In E. Minkowski, *La esquizofrenia* (pp. 15-24). México: Fondo de Cultura Económica. (Originalmente publicado em 1927)



- Barthélémy, J. (2012). Origem e contexto de emergência da noção de estrutura em Psicopatologia Fenômeno-Estrutural: Evolução do conceito, seu lugar e suas implicações nas práticas clínicas contemporâneas. *Psicopatol Fenomenol Contemp*, 1(1), 88-105.
- Bergson, H. (2004). *Matter and memory*. New York: Dover.
- Berrios, G. E. (1989). What is phenomenology? A review. *J Royal Society Medicine*, 82(7), 425-428.
- Bowlby, J. (1962). *Deprivation of Maternal Care: A Reassessment of its Effects*. Geneva: World Health Organization.
- Ceron-Litvoc, D., & Messas, G. P. (2016). Análise fenômeno-estrutural da espacialidade nos 24 primeiros meses de vida. *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 5(2), 86-110.
- Feldman, R. (2007). Parent-infant synchrony and the construction of shared timing: Physiological precursors, developmental outcomes, and risk conditions. *J Child Psychol Psychiatr*, 48(3-4), 329-354. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2006.01701.x
- Fuchs, T. (2002). The challenge of neuroscience: Psychiatry and phenomenology today. *Psychopathology*, 35(6), 319-326. DOI: 10.1159/000068593
- Fuchs, T. (2005). Delusional mood and delusional perception: A phenomenological analysis. *Psychopathol*, 38(3), 133-139. DOI: 10.1159/000085843
- Gunnar, M. R., Morison, S. J., Chisholm, K. I., & Schuder, M. (2001). Salivary cortisol levels in children adopted from Romanian orphanages. *Dev Psychopathol*, 13(3), 611-628. DOI: 10.1017/S095457940100311X
- Heim, C. C., Owens, M. J., Plotsky, P. M., & Nemeroff, C. B. (1997). Persistent changes in corticotropin-releasing factor systems due to early life stress: Relationship to the pathophysiology of major depression and post-traumatic stress disorder. *Psychopharmacol Bull*, 33(2), 185-192.
- Jenkins, J. (2008). Psychosocial Adversity and Resilience. In D. V. Rutter, *Rutter's Child and Adolescent Psychiatry* (pp. 377-391). Massachusetts: Blackwell Publishing Limited. DOI: 10.1002/9781444300895.ch25
- Kim, P., Rigo, P., Leckman, J. F., Mayes, L. C., Cole, P. M., Feldman, R., et al. (2015). A Prospective Longitudinal Study of Perceived Infant Outcomes at 18–24 Months: Neural and Psychological Correlates of Parental Thoughts and Actions Assessed during the First Month Postpartum. *Front Psychol*, 6, 1772-1786. DOI: 10.3389/fpsyg.2015.01772
- Marsh, M. (1976). Toward a Framework for Memory: Straus and Some Others. *J Phenom Psychol*, 7(1), 34-54. DOI: 10.1163/156916276X00160
- Meaney, M. J. (2010). Epigenetics and the biological definition of gene×environment interactions. *Child Dev.*, 81(1), 41-79. DOI: 10.1111/j.1467-8624.2009.01381.x
- Messas, G. P. (2010). *Ensaio sobre a estrutura vivida*. São Paulo: Roca.
- Messas, G. P. (2012). A noção de estrutura na psicopatologia/psicologia fenomenológica. Uma perspectiva epistemológica. In A. Rodrigues, L. Streb, M. Daker, & O. Serpa, *Psicopatologia Conceitual* (pp. 51-62). São Paulo: Editora Roca.
- Messas, G. P. (2014a). *Psicose e embriaguez*. Psicopatologia fenomenológica da temporalidade. São Paulo: Intermeios Casa de Artes e Livros.
- Messas, G. P. (2014b). O sentido da fenomenologia na Psicopatologia Geral de Karl Jaspers. *Psicopatol Fenomenol Contemp*, 3(1), 23-47.
- Minkowski, E. (1973). *El tiempo Vivido*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Moreira, V., & Bloc, L. (2015). O Lebenswelt como fundamento da psicopatologia fenomenológica de Arthur Tatossian. *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 4(1), 1-14.
- Nemeroff, C. B. (2004). Neurobiological consequences of childhood trauma. *J Clin Psychiatr*, 65(suppl 1), 465-478.
- Piaget, J. (1979). *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Piaget, J. (2006). *A construção do real na criança*. (3. ed.) São Paulo: Editora Ática.
- Piaget, J. (2008). *O Nascimento da Inteligência na Criança* (4. ed.). Rio de Janeiro: LTC.



- Rees, C. A. (2005). Thinking about children's attachments. *Arch Dis Child*, 90,1058-1065. DOI: 10.1136/adc.2004.068650
- Rezende, C. N. (2010). Prefácio. In G. P. Messas, *Ensaio sobre a estrutura* (pp. III-X). São Paulo: Editora Roca.
- Rochat, P. (2015). Self-conscious roots of human normativity. *Phenomenol Cogn Sci.*, 14(4), 741-753. DOI: 10.1007/s11097-015-9427-x
- Rossetti, R. (2001). Bergson e a natureza temporal da vida psíquica. *Psicol Reflex Crit*, 14(3), 617-623. DOI: 10.1590/S0102-79722001000300017
- Schwartz, J. (2003). *Cassandra's daughter: A history of psychoanalysis*. London: Karnac.
- Spiegelberg, H. (1986). *Phenomenology in Psychology and Psychiatry*. USA: Northwestern University Press.
- Spitz, R. A. (1951). The psychogenic diseases in infancy: An attempt at their etiologic classification. *Psychoanal Study Child*, 6(1), 255–275.
- Straus, E. W., Aug, R. G., & Ables, B. S. (1971). A phenomenological approach to dyslexia. *J Phenomenol Psychol*, 1(2), 225- 235. DOI: 10.1163/156916271X00147
- Tamelini, M. G., & Messas, G. P. (2016). On the phenomenology of delusion: The revelation of its aprioristic structures and the consequences for clinical practice. *Psicopatol Fenomenol Contemp*, 5(1), 1-21.
- Tellenbach, H. (1969). *Estudios sobre la Patógenesis de las Perturbaciones Psíquicas*. México: Fondo de Cultura Econômica.
- Tellenbach, H. (2014). A Espacialidade do Melancólico (Parte I). *Psicopatol Fenomenol Contempor*, 3(1), 134-156.
- Vogeley, K., & Kupke, C. (2006). Disturbances of time consciousness from a phenomenological and a neuroscientific perspective. *Schizophrenia Bulletin*, 33(1), 157-165.
- Waters, E., Hamilton, C. E., & Weinfield, N. S. (2000). The stability of attachment security from infancy to adolescence and early adulthood: General introduction. *Child Dev*, 71(3), 678-683. DOI: 10.1111/1467-8624.00175
- Waters, E., Merrick, S., Treboux, D., Crowell, J., & Albersheim, L. (2000). Attachment security in infancy and early adulthood: A twenty-year longitudinal study. *Child Dev*, 71(3), 684-689. DOI: 10.1111/1467-8624.00176
- Winnicott, D. W. (1985). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Zukauskas, P. R. (2009). Temporality and Asperger's syndrome. *Journal of Phenomenological Psychology*, 40(1), 85-106. DOI: 10.1163/156916209X427990

NOTAS

- 1 Para a finalidade desse trabalho, os termos retenção e protensão serão utilizados como sinônimos de passado e futuro, respectivamente.

